

PAUTA DA 192ª REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA DE JULGAMENTO DA AGR SESSÃO ORDINÁRIA

Data: 07/07/2017

Horário: 9h00 (nove) horas

Local: Auditório da AGR – Av. Goiás nº 305 – Ed. Visconde de Mauá-Centro – 13º andar Goiânia-GO.

1. ABERTURA:

2. Apresentação e discussão da Ata da 191ª Reunião Pública Ordinária, datada de 30/06/2017, da Câmara de Julgamento.

3. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pelo relator Gilvan do Espírito Santo Batista:

3.1. Processo nº 201700029004770 - Interessado: Felipe Tur Ltda. - Assunto: AI – 33.339/2016 – Art. 56, inciso I, da Resolução nº 005/2008 - CG (Realizar viagem sem licença expedida pela AGR).

4. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pela relatora Andrea Bonanato Estrela:

4.1. Processo nº 201700029002267 - Interessado: Igreja Assembléia de Deus - Auto de Infração nº 32322 - Art.6º, inciso II, Lei nº 18.673/14 - “Prestar serviço intermunicipal de passageiros sem prévia concessão, permissão ou autorização na forma legal.”

5. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pela relatora Eunice Aparecida de Lima:

5.1. Processo nº. 201700029002345 – Interessado: Reginaldo Elias Antunes - Assunto: AI nº. 33485. Art. 6º, inciso II da Lei 18.673/2014: Prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal.

6. Apresentação e discussão de processos, a serem relatados pelo relator Geraldo Alves de Castro Júnior:

6.1. Processo nº 201700029002670 – Interessado: P.P. Transportes Ltda - ME - AI nº 33390/2017 – Art. 55, inc. VII da Resolução nº 005/2008-CG - “utilizar na execução do serviço, veículo não cadastrado na AGR.”.

7. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pelo relator Breno Pereira da Silva:

7.1. Processo nº 201700029002648 - Interessado: Real Expresso Ltda. - Auto de infração nº 33580 - Art. 6º, Inc. II da Lei nº 18.673/2014: “Prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal”.

8. Outros assuntos de interesse da Câmara de Julgamento.